

O QUADRO NEGRO DA DESIGUALDADE NO BRASIL

Cristina Silveira¹

*"Minha música é contra o sistema, a favor da justiça.
É contra as regras que dizem que a cor de um homem lhe decide o destino.
Deus não fez regras sobre a cor."*

(Bob Marley)

Introdução

O analfabetismo é um problema ainda não superado não só no Brasil como também em muitos outros países. Aliado a isso, pobreza, desemprego, falta de oportunidades e de vagas nas escolas impedem que se vença este quadro deplorável que se configura em fator de desigualdade, que deixa marcas para além do social. Como agravante temos ainda, entre os analfabetos e evadidos das escolas, um percentual muito maior de negros e pardos do que de brancos. Em um país de maioria parda e negra isso evidencia um quadro de desigualdade que pesa desonestamente para este grupo, agrupadas neste trabalho em categorias que denominaremos de “raça” ou de cor.

A frase de Bob Marley, usada como epígrafe, denuncia a situação desigual em que muitos homens e mulheres vivem pelo simples fato de que a cor de suas peles não é a cor da pele das elites, não é a cor daqueles que desfrutam dos privilégios e das regalias da sociedade pós-moderna, da sociedade da informação, da comunicação, enfim, dessa atual sociedade globalizada. É óbvio que a cor da pele, nesse caso, é mera desculpa para aparatar a ganância de alguns, nesse lastro maldito, dessa nossa herança triste e vergonhosa.

Este artigo fundamenta-se nos dados estatísticos do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do LAESER (Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais – UFRJ) e do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), cujos dados

ajudam a apontar e a desenhar a situação de desvantagem ou de desigualdade em que a população parda e negra do Brasil se encontra no que se refere, entre outras coisas, à questão escolar, que é, especificamente, nosso foco de interesse. Estudos sobre a questão da desigualdade também foram consultados, além de textos acadêmicos e nos serviram de aparato teórico ao trabalho.

As classificações de cor, raça e etnia nos recenseamentos brasileiros

O primeiro censo demográfico realizado no Brasil aconteceu em 1872. Nele a classificação por raças estava presente na forma de quatro opções: branco, preto, pardo e caboclo (para contabilizar a população indígena).

Já em 1890, quando se realizou o segundo Censo Demográfico, foi utilizado o termo “mestiço” para substituir “pardo”, porém as outras três categorias continuaram as mesmas.

Nos Censos realizados em 1900 e 1920, não foram coletadas informações sobre cor ou raça. Nos anos de 1910 e 1930, não foram realizados censos demográficos no Brasil.

Em 1940, passou-se a utilizar apenas os termos branco, preto e amarelo (por conta da imigração japonesa, ocorrida com maior recorrência entre os anos de 1908 e 1930). Mais adiante, com a insistência do termo pardo, criou-se a categoria “parda”, considerada categoria residual, destinada tanto para classificar os que se enquadravam em outros termos de cor ou raça não discriminados no censo, quanto para os indígenas, para os quais não havia termo de identificação no censo da época.

“Pardo” voltou à categoria de cor nos Censos ocorridos em 1950 e em 1960. Foram nesses Censos que passaram a respeitar a resposta da pessoa recenseada, sendo a primeira referência ao princípio de auto-declaração ou auto-classificação, no qual o entrevistado identifica a própria cor ou raça dentro de um grupo fechado de opções, o que é recorrente até hoje. Porém, deve ser levada em consideração a dimensão subjetiva da resposta, que é determinada pelo modo como cada um percebe sua cor ou raça, já que essa é uma

pergunta difere das outras nos questionários, as quais possibilitam respostas mais objetivas e únicas, como, por exemplo, sexo, idade e rendimento.

No Censo de 1991, foi acrescentada a categoria “indígena” ao censo, após um século sem essa identificação censitária.

Em 2010, no último censo realizado, as pessoas identificadas como indígenas foram indagadas a respeito de sua etnia e língua falada. Isso não constava em nenhum Censo anterior.

Atualmente o IBGE define cinco categorias de cor: branca, preta, amarela, parda e indígena. Cabe ressaltar que a categoria parda inclui pessoas mulatas, caboclas, cafuzas, mamelucas ou mestiças de cor preta com outras. Já a categoria amarela abrange pessoas de origem japonesa, chinesa, coreana, entre outras.

Esse breve histórico dos termos utilizados nos censos demográficos brasileiros nos ajuda a compreender os termos utilizados hoje, os quais são mencionados ao longo do texto.

Estudos relacionados à Educação, principalmente aquele que investigam repetência, evasão e analfabetismo, demonstram que a população de negros e pardos é sempre mais suscetível ao analfabetismo, à repetência e à evasão. Consequentemente têm maior dificuldade para prosseguir nos estudos, o que, certamente implicará em desemprego, subempregos ou colocações empregatícias inferiores aos classificados como brancos.

Outro aspecto que podemos observar é que os alunos pretos possuem maior percentual de repetência. (ALVES, 2007). Essa situação de disparidade entre brancos e negros/pardos não é novidade em nosso país, infelizmente. A tabela abaixo mostra como em 1950 já era dispare o percentual da população de brancos e negros/ pardos que sabia ler:

Tabela 6.1.box. População residente que sabia ler e escrever de acordo com faixas de idade escolhidas, segundo os grupos de cor ou raça selecionados (brancos e pretos & pardos) e sexo, Brasil, 1950 (em % da população)

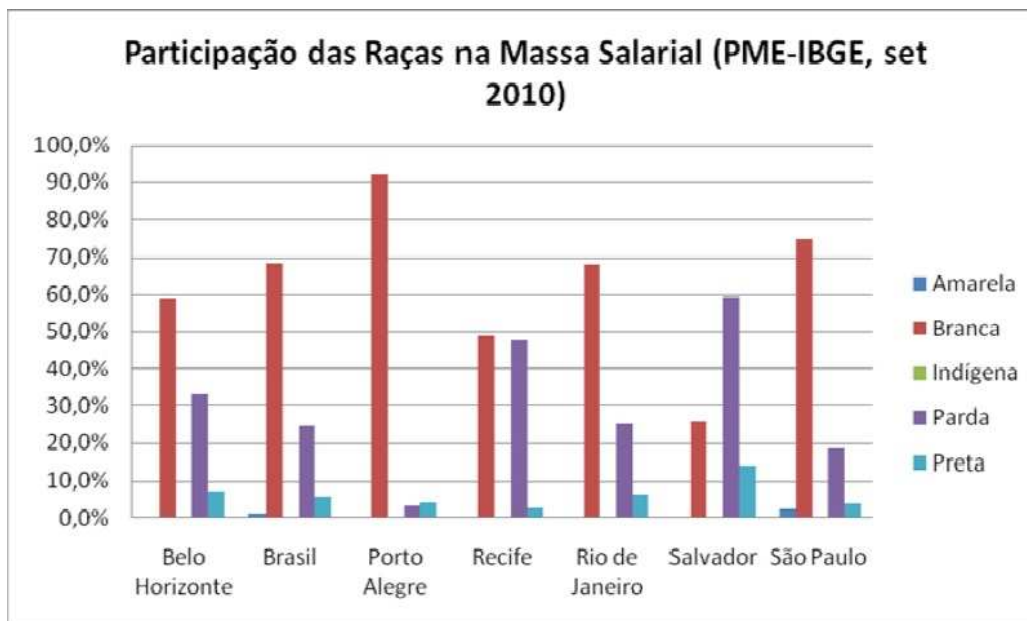
	15 anos ou mais			60 anos ou mais		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Branco	65,5	54,8	60,1	56,5	39,0	47,6
Pretos & Pardos	35,7	25,9	30,7	25,7	11,7	18,2
Total	54,8	44,1	49,4	45,9	28,9	37,1

Fonte: IBGE, Censo demográfico
 Tabulações: LAESER
 Nota: a população total inclui os indivíduos de cor ou raça amarela e ignorada

“Deve ser legal ser negrão no Senegal”

A frase acima faz parte da música *Mama África*, de autoria de Chico César. Assim como a letra de Bob Marley, a de Chico também faz uma denúncia, mas neste caso, da tripla jornada de trabalho a que muitas mulheres precisam se submeter para sustentar seus filhos, em muitos casos, frutos de uniões passadas mal sucedidas e cujo sustento acaba recaindo apenas em suas mãos. Não é preciso fazer uma pesquisa ou recenseamento para perceber que a maioria dessas mulheres é negra ou parda, haja vista que essa é a cor da maioria da população brasileira, principalmente da parcela chamada de baixa renda. Pobre, negra ou parda, muitas vezes pouco instruída, resta a essas mulheres trabalhos pouco remunerados e de carga horária bastante extensa. Existem pesquisas que comprovam que os trabalhadores negros ou pardos têm empregos com remuneração menor que trabalhadores brancos.

O gráfico a seguir, retirado do Comunicado de nº 72 do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que apresenta os resultados da Análise Regionalizada da Massa Salarial com Uso da PME-IBGE, retrata com bastante clareza a afirmação de que os brancos possuem o maior percentual de massa salarial, ou seja, possuem as maiores rendas ou o maior número de empregos com os melhores salários.



A partir da figura pode-se notar que para todas as regiões, a cor branca é responsável pelo maior percentual da massa salarial. Dois casos extremados são Porto Alegre (onde ela representa mais de 90% da massa salarial da RM) e Recife (onde há praticamente um empate nas participações das cores branca e parda, ambas com cerca de 48% do total). As cores amarela e indígena têm participação pequena (menor do que 1% e 2%, respectivamente, em todas as Regiões Metropolitanas). A participação da cor negra apresenta uma maior representatividade em Salvador (cerca de 14% da massa salarial) e uma menor participação em Recife (cerca de 3%). (IPEA, p.4)

De acordo com o gráfico e com a afirmação de Paixão, podemos concluir que ser negrão no Brasil não é grande vantagem sobre ser negrão no Senegal...

Ser ou não analfabeto: eis a questão.

A condição primeira do homem é o analfabetismo, até porque o ser letrado só se faz necessário a partir de certa idade, quando tem maturidade ou “prontidão” para a leitura e em decorrência da interação com os demais e com

o mundo. A leitura só faz sentido por conta da invenção da escrita, utilizada como forma de comunicação entre os homens de forma atemporal.

Durante muito tempo, em vários países do mundo, a religião pode ser considerada uma aliada da alfabetização, pois as pessoas desejavam ler as Escrituras Sagradas, o que servia de forte fator motivacional para que se alfabetizassem. As famílias mais abastadas ofereciam letramento a seus filhos para que pudessem seguir seus estudos religiosos e assim honrar as famílias com o sacerdócio. Porém essa nunca foi uma premissa brasileira, uma vez que nossa colonização não teve uma forte origem protestante, conforme declara Paixão:

A história brasileira guarda um íntimo diálogo com o problema do analfabetismo. Ao contrário do que ocorria entre os países de tradição protestante, onde a população era estimulada à leitura para poderem ler e interpretar a Bíblia; a massa da população brasileira, ao longo dos séculos, tendeu a permanecer distante das letras. Assim, a capacidade da escrita e da leitura ficava geralmente restrita a alguns indivíduos vinculados à elite senhorial. De resto cumpre lembrar que durante o período colonial e imperial, aos escravos era vedado o acesso à alfabetização. (PAIXÃO, P.01)

Infelizmente, na atualidade pode-se considerar o analfabetismo como um dos mais tristes temas nacionais, pois nosso país chegou ao século XXI sem conseguir erradicar completamente tal mazela do seio de seu povo. De igual modo, a escolaridade da população brasileira apresenta profundas disparidades em relação aos indicadores verificados em outros lugares do mundo. (PAIXÃO, 2007)

O chamado “fracasso escolar” tem sido estudado há décadas no Brasil e em outros países, sem que, no entanto, seja extinto de vez. Muitas são causas apontadas, entre elas, a qualidade da educação oferecida nas escolas, a necessidade de trabalhar e ajudar a família financeiramente, a oferta de trabalho informal, que não exige titulação, o pouco envolvimento das famílias na vida escolar de crianças e adolescentes, as chamadas dificuldades de aprendizagem e seus modismos, isso para não citar tantas outras. Porém nenhuma dessas explicações

justifica o fato de no Brasil haver um número tão grande de analfabetos e, entre eles, a maioria ser negra ou parda, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 6.1. Taxa de analfabetismo da população residente por faixas etárias selecionadas, segundo os grupos de cor ou raça selecionados (brancos e pretos & pardos) e sexo, Brasil, 1988, 1998 e 2008 (em % da população)

		1988				1998				2008			
		15+	25+	40+	65+	15+	25+	40+	65+	15+	25+	40+	65+
Branco	Homens	11,0	12,9	18,4	31,4	7,9	9,6	12,9	23,0	6,0	7,3	9,4	18,0
	Mulheres	13,1	16,4	24,8	40,4	9,0	11,2	16,6	29,2	6,4	7,8	10,9	22,5
	Total	12,1	14,8	21,8	36,4	8,4	10,5	14,9	26,6	6,2	7,6	10,2	20,6
Pretos & Pardos	Homens	28,2	33,0	43,1	63,5	21,3	26,1	33,9	52,0	14,0	17,9	24,1	43,2
	Mulheres	29,0	36,7	51,2	73,0	20,4	26,5	37,9	60,7	13,2	16,9	24,9	47,2
	Total	28,6	34,9	47,3	68,6	20,8	26,3	36,0	56,8	13,6	17,4	24,5	45,4
Total	Homens	18,2	20,9	28,1	43,8	13,8	16,6	21,5	33,8	10,2	12,6	16,4	28,9
	Mulheres	19,6	24,4	34,9	52,4	13,8	17,5	24,9	40,3	9,8	12,1	17,2	32,4
	Total	18,9	22,7	31,7	48,6	13,8	17,0	23,3	37,4	10,0	12,4	16,9	30,9

Fonte: IBGE, microdados PNAD

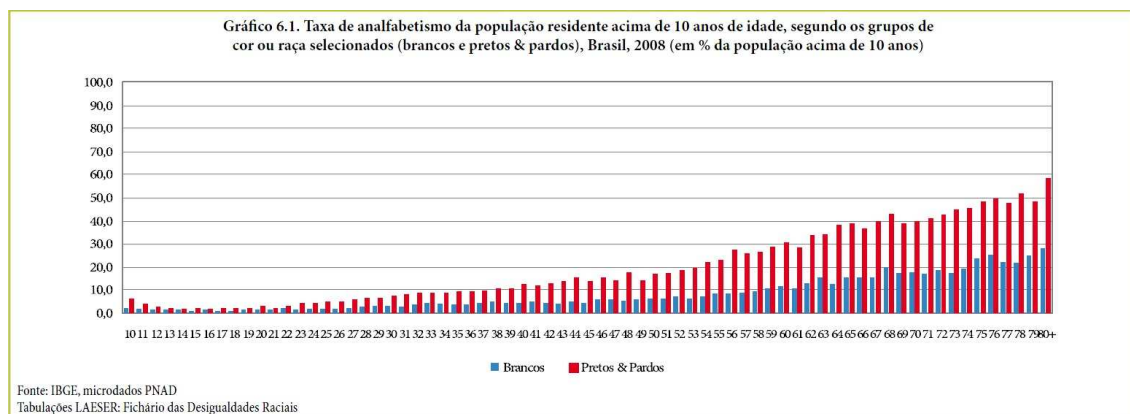
Tabulações LAESER: Fichário das Desigualdades Raciais

Nota 1: a população total inclui os indivíduos de cor ou raça amarela, indígena e ignorada

Nota 2: nos anos de 1988 e 1998 não inclui a população residente nas áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins em 1998)

Essa tabela faz um recorte de três décadas: 1988 – após a ditadura militar (1964 – 1985); 1998 – após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e 2008 – bem próximo ao ano corrente. Ela mostra ainda a situação menos favorecida das mulheres em relação aos homens. Mesmo não sendo esse nosso foco de atenção, não podemos deixar de perceber que, sendo mulher e negra ou parda, a situação de analfabetismo se agrava em qualquer dos anos pesquisados.

Ainda com dados de 2008 o gráfico seguinte apresenta, de forma inquestionável, a taxa de analfabetos com idade acima de dez anos.



(...)se observa que, invariavelmente, em todas as idades selecionadas, a taxa de analfabetismo da população preta & parda se apresentava superior à dos brancos. Dessa forma, chama particular atenção o atraso especialmente superior das crianças e jovens pretos & pardos no processo de alfabetização. Assim, em 2008, o percentual de crianças pretas & pardas de 10 e 11 anos que não sabiam ler ou escrever foi de, respectivamente, 6,4% e 4,1%. Já entre as crianças brancas do mesmo intervalo de idade, as taxas de analfabetismo foram de, respectivamente, 2,4% e 1,6%. Na verdade, ao longo de quase todas as idades da população em idade escolar, a taxa de analfabetismo da população preta & parda era mais do que o dobro daquela apresentada pelos brancos. (PAIXÃO, 2007, p.207)

Com a idade de dez anos, a priori, as crianças deveriam ter cursado pelo menos quatro anos de escolaridade, o que não quer dizer que tenha sido aprovadas ou retidas em qualquer um desses anos de escolaridade. Mas o fato de estarem quatro anos dentro da escola não seria tempo suficiente para serem alfabetizadas? Aí, entramos em outra questão, o que chamamos aqui de “analfabeto”? Essa palavra sofreu diversas alterações em seu sentido ao longo do tempo. O IBGE considera alfabetizada a “*persona capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece*”, porém, em diversas instâncias da sociedade civil e com frequência cada vez maior, adota-se o conceito de “analfabeto funcional” para designar todas as pessoas com menos de quatro séries de estudos concluídas. Obviamente essa definição mascara o problema real da falta de compreensão e uso da língua materna que assola milhares de brasileiros. Assim, da mesma forma que atualmente anos de estudo não garante uma sequência linear de anos de escolaridade, também não assegura, infelizmente, um aprendizado dos bens culturais historicamente acumulados ao longo da história da humanidade, o que Bourdier chamaria de Capital Cultural.

A posse desse “capital” permitiria o acesso a percursos escolares marcados pelo sucesso e pela distinção, legitimando, pela via da escola, um

“patrimônio” familiar – a cultura – transmitido por herança às futuras gerações entre famílias de classe social favorecida. (CUNHA, 2007. P.12)

As duas tabelas a seguir apontam ainda para a desvantagem em que negros e pardos se encontram em relação aos anos de estudos e aos anos de escolaridade. Evidenciando assim, uma situação desigual na qual sempre estão, independente de região brasileira, de idade ou de gênero. Negros e pardos ficam sempre mais distanciados das possibilidades de acesso ao capital cultural que lhes permitiriam melhores condições de vida, o que poderia ser traduzido por melhor qualidade de vida.

Tabela 2.5 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual por influência da cor ou raça na vida das pessoas, segundo as Unidades da Federação selecionadas e grupos de anos de estudo - 2001

Unidades da Federação selecionadas e grupos de anos de estudo	Pessoas de 15 anos ou mais de idade		
	Total (1) (2)	Distribuição percentual por influência da cor ou raça na vida das pessoas (%)	
		Sim	Não
Total			
Até 4 anos	12 467 352	51,2	43,0
5 a 8 anos	11 822 843	60,7	36,5
9 a 11 anos	17 405 299	69,5	29,2
12 anos ou mais	7 779 253	75,3	23,3
Amazonas			
Até 4 anos	641 344	43,3	41,0
5 a 8 anos	539 614	46,3	47,7
9 a 11 anos	880 636	62,7	35,4
12 anos ou mais	215 701	78,3	21,7
Paraíba			
Até 4 anos	1 268 306	49,7	40,1
5 a 8 anos	534 766	65,7	32,1
9 a 11 anos	747 268	80,9	16,4
12 anos ou mais	266 981	69,8	23,5
São Paulo			
Até 4 anos	7 619 861	53,8	41,5
5 a 8 anos	7 188 135	64,6	33,0
9 a 11 anos	11 810 362	69,2	29,3
12 anos ou mais	5 168 985	74,7	23,6
Rio Grande do Sul			
Até 4 anos	1 936 977	42,2	53,6
5 a 8 anos	2 619 183	50,9	45,4
9 a 11 anos	2 587 060	68,8	30,4
12 anos ou mais	1 254 135	74,0	25,6
Mato Grosso			
Até 4 anos	750 869	49,6	43,7
5 a 8 anos	566 204	55,7	40,8
9 a 11 anos	671 324	67,8	31,0
12 anos ou mais	277 025	74,9	24,2
Distrito Federal			
Até 4 anos	251 005	71,7	25,5
5 a 8 anos	374 940	74,2	25,8
9 a 11 anos	708 647	74,4	25,6
12 anos ou mais	596 427	84,0	16,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.
(1) Exclusivo sem declaração. (2) Inclusive as pessoas que responderam "não sabe" a esse quesito.

Nem sempre mais anos de estudo significa mais anos de escolaridade, prova cabal de que a repetência apenas ajuda a engrossar a fileira dos analfabetos em nosso país, não servindo, portanto para justificar a permanência na escola, o que leva à evasão, em muitos casos.

Tabela 2.32 - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça e Unidades da Federação selecionadas, segundo os grupos de anos de estudo - 2008

Grupos de ano de estudo	Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça (%)							
	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela	Indígena	Outras
Total								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 4 anos	20,3	38,7	19,1	22,5	37,1	17,7	27,1	31,7
5 a 8 anos	20,4	27,8	25,1	28,4	34,9	13,4	36,4	25,2
9 a 11 anos	36,2	28,1	43,9	39,8	23,7	43,1	28,4	30,0
12 anos ou mais	23,0	5,4	11,8	9,2	4,3	25,8	8,1	13,2
Amazonas								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 4 anos	22,0	33,1	18,0	27,8	45,1	6,5	56,0	30,1
5 a 8 anos	17,6	23,7	23,7	26,2	24,9	51,1	25,5	28,7
9 a 11 anos	37,7	39,0	47,7	35,7	11,4	32,2	16,3	32,8
12 anos ou mais	22,7	4,2	10,6	10,2	18,6	10,2	2,1	8,4
Paraíba								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 4 anos	35,7	58,0	21,6	35,1	100,0	23,8	26,9	45,6
5 a 8 anos	13,7	22,1	17,3	25,1	-	-	-	14,3
9 a 11 anos	35,3	17,8	30,8	31,1	-	72,2	73,1	38,3
12 anos ou mais	15,4	2,1	30,3	8,7	-	4,0	-	1,8
São Paulo								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 4 anos	20,1	36,0	20,9	22,2	34,2	18,0	35,5	26,1
5 a 8 anos	19,1	27,8	25,5	28,5	36,1	10,2	27,5	14,6
9 a 11 anos	37,5	30,4	43,7	42,5	26,2	43,4	37,0	34,3
12 anos ou mais	23,2	5,8	9,9	6,9	3,4	28,5	-	25,0
Rio Grande do Sul								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 4 anos	18,1	39,3	15,5	25,5	26,5	22,2	9,6	35,2
5 a 8 anos	26,9	38,5	32,4	36,0	46,5	49,2	51,9	36,4
9 a 11 anos	33,9	18,9	44,5	27,6	24,5	8,1	21,2	24,2
12 anos ou mais	21,1	3,3	7,5	11,0	2,4	20,4	17,2	4,2
Mato Grosso								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 4 anos	32,3	38,5	25,6	21,3	61,2	4,8	51,1	61,9
5 a 8 anos	20,6	32,7	20,9	21,9	15,4	16,0	21,5	13,1
9 a 11 anos	30,9	23,0	37,5	38,6	14,7	48,3	27,4	15,7
12 anos ou mais	16,2	5,7	16,1	18,2	8,7	30,9	-	9,3
Distrito Federal								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 4 anos	7,0	31,3	1,2	13,1	40,6	30,9	-	12,6
5 a 8 anos	9,7	19,4	26,7	22,3	24,6	-	-	19,6
9 a 11 anos	27,8	30,8	54,1	36,0	34,8	69,1	-	43,2
12 anos ou mais	55,5	18,6	18,0	28,6	-	-	-	24,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.
 Nota: Foram agregadas as 7 categorias mais frequentes de cor ou raça declarada de forma espontânea.

A tabela a seguir apresenta a taxa de analfabetismo de pessoas acima de 15 anos, também fazendo o recorte de três décadas distintas. A idade mencionada na tabela (quinze anos ou mais) remete para jovens que deveriam, em tese, ter concluído ou estar cursando as séries finais ensino fundamental, o que equivaleria a, pelo menos, nove anos de estudos. Note que, de maneira semelhante às demais tabelas e gráficos, os negros e pardos, independente da região brasileira, também estão em situação inferior aos brancos.

Tabela 6.2. Taxa de analfabetismo da população residente de 15 anos ou mais de idade, segundo os grupos de cor ou raça selecionados (brancos e pretos & pardos), grandes regiões, Brasil, 1988, 1998 e 2008 (em % da população acima de 15 anos)

		1988	1998	2008
Norte	Branco	8,5	8,1	7,6
	Pretos & Pardos	13,3	14,5	11,6
	Total	11,9	12,6	10,7
Nordeste	Branco	28,1	20,3	15,7
	Pretos & Pardos	40,0	30,7	20,9
	Total	36,5	27,5	19,4
Sudeste	Branco	8,9	5,9	4,2
	Pretos & Pardos	18,5	12,5	8,0
	Total	11,8	8,1	5,8
Sul	Branco	10,5	6,8	4,2
	Pretos & Pardos	24,1	14,9	10,1
	Total	12,5	8,1	5,5
Centro-Oeste	Branco	12,1	7,7	5,6
	Pretos & Pardos	21,7	14,1	9,9
	Total	16,9	11,1	8,2

Fonte: IBGE, microdados PNAD

Tabulações LAESER: Fichário das Desigualdades Raciais

Nota 1: a população total inclui os indivíduos de cor ou raça amarela, indígena e ignorada

Nota 2: nos anos de 1988 e 1998 não inclui a população residente nas áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins em 1998)

As tabelas anteriores dizem respeito ao ano de 2008, quando, em todo o país, cerca de 6,8 milhões de pessoas de 10 anos de idade ou mais que tinham frequentado ou estavam frequentando a escola (independentemente de terem sido aprovadas ou não) seguiam analfabetas. Destas, 71,6% eram pretas & pardas. (PAIXÃO, 2007).

4. Até quando? Na tentativa de uma conclusão

Em pesquisa realizada em 2001 por FILHO & LEON, que investigou o progresso educacional no Brasil, foi constatado em todas as séries consideradas a relação negativa entre renda e reprovação: estudantes mais ricos apresentam menor taxa de reprovação. (FILHO & LEON, P.426). E, em contra partida, os mais pobre apresentaram os maiores índices de reprovação. Da mesma forma, em todas as séries, as taxas de evasão escolar entre os reprovados são bem maiores para os estudantes pobres do que para os ricos, sugerindo que a reprovação seja um desincentivo maior para essa classe econômica. (FILHO & LEON, P.429). E, como já vimos em gráficos e tabelas anteriores, negros e pardos que pesam nessa balança, reforçando cada vez mais as injustiças sociais, econômicas e educacionais sobre essa parcela da população, que, diga-se de passagem, é maior que o contingente de brancos, amarelos ou indígenas.

(...) houve sem dúvida uma democratização do sistema educativo o sentido de maior acesso aos diferentes níveis de ensino por parte dos mais desfavorecidos, ou seja, as distâncias sociais reduziram-se no acesso, mas produziram-se novas diferenciações internas, mais subtis, que produziram mesmo um aumento das clivagens sociais no acesso a certos ramos e fileiras do sistema de ensino. (SEABRA, 2009, p.11)

A escola atual se universalizou no acesso, está aumentando gradativamente o tempo de permanência dos alunos, elaborou um “currículo mínimo”, mas só muito parcialmente se democratizou — adiou-se a exclusão

escolar explícita, tornando-a um pouco mais distante dos anos iniciais, passando-a para momentos mais tardios. Criaram-se novas modalidades de distinção e hierarquização dos públicos escolares, porém as desigualdades escolares sofreram apenas uma translação nos tempos e nos espaços em que ocorrem, sem nunca terem deixado de assumir a intensa marca das diferenças sociais. (SEABRA, 2009). E até quando essa situação perdurará? Até quando as escolas servirão de palco para situações vergonhosas de discriminação, segregação, desigualdades e desvantagens entre os seres humanos, quando, na verdade, deveria ser um foco constante de reflexão e recriação do real. Não que vá, sozinha, a escola mudar o quadro social, mas ela é o primordial ponto de partida para que as mobilidades sociais aconteçam.

Referências Bibliográficas

ALVES, Fátima; et. al. Origem Social e Risco de Repetência: Interação Raça-Capital Econômico. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 130, p. 161-180, jan./abr. 2007, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n130/08.pdf>.

BRASIL. Mapa do Analfabetismo no Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2003. Disponível em http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B3D805070-D9D0-42DC-97AC-5524E567FC02%7D_MAPA%20DO%20ANALFABETISMO%20NO%20BRASIL.pdf. Acesso em 12 de novembro de 2011.

_____. Análise Regionalizada da Massa Salarial com Uso da PME-IBGE (Nº 72), 2010. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101214_comunicadoipea72.pdf. Acesso em 19 de novembro de 2011.

CASASSUS, J. A escola e a Desigualdade. 2ª edição. Brasília: Liber Livros Editora, UNESCO, 2007.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. O Conceito “Capital Cultural” em Pierre Bourdieu e a Herança Etnográfica. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 25, n. 2, 503-524, jul./dez. 2007. Disponível em http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2007_02/09_Demanda_Continua_MariaAmalia.pdf, acessado em 13 de dezembro de 2011.

FILHO, Naércio Aquino Menezes- & LEON, Fernanda Leite de. Reprovação, Avanço e Evasão Escolar no Brasil, 2001. Disponível em <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/138/73>. Acessado em 20 de novembro de 2011.

PAIXÃO, M.; et. al. (orgs). Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010. Constituição Cidadã, Seguridade Social e Seus Efeitos Sobre as Assimetrias de Cor ou Raça. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____ O ABC das Desigualdades Raciais: um Panorama do Analfabetismo da População Negra Através de uma Leitura dos Indicadores do Censo 2000. Disponível em http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/paixao_abc_das_desigualdades_raciais.pdf. Acessado em 12 de novembro de 2011.

SACRISTÁN, J.G. & GÓMEZ, A. I. Compreender e Transformar o Ensino. 4ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SEABRA, Teresa. Desigualdades escolares e desigualdades sociais. *Sociologia*. [online]. jan. 2009, no.59 [citado 11 Dezembro 2011], p.75-106. Disponível em http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292009000100005&lng=pt&nrm=iso. ISSN 0873-6529. Acessado em 20 de novembro de 2011.

SILVA, Nelson do Valle & HASENBALG. Tendências da Desigualdade Educacional no Brasil. *Sociologia*. [online]. Out. 200, no. 3. Vol. 43 [citado 11 Dezembro 2011], Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000300001. ISSN 0011-5258. Acessado em 20 de novembro de 2011.